



CIDADANIA. TAC assinado com o Ministério Público em 2004, e até hoje não cumprido, será respeitado por Antonieta de Brito

Vicente de Carvalho vai passar por obras para garantir acessibilidade

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Guarujá reverteu a multa de R\$ 3 milhões e 400 mil aplicada pelo Ministério Público do Distrito de Vicente de Carvalho em razão do descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em setembro de 2004. A prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB) se comprometeu a investir a mesma quantia em intervenções urbanas, além de refazer obras feitas há três anos para garantir a acessibilidade de deficientes à Rua Thiago Ferreira e confluências, grande corredor comercial do Distrito.

A acessibilidade ao coração comercial de Vicente de Carvalho pelos portadores de deficiência (física, auditiva e visual) é uma cobrança de pelo menos seis anos do Ministério Público. Porém, as obras foram oficializadas apenas após a Prefeitura de Guarujá ter se comprometido, por meio de um TAC, a realizá-las. O documento estabelecia o prazo máximo de um ano

Conversão

“Transformamos um prejuízo em acessibilidade, benefício”

Fábia Margarido, secretária de Assuntos Jurídicos de Guarujá

(que venceu em 2005) para a conclusão das adaptações. Eram exigidas rampas para cadeirantes, sinais sonoros em travessia de pedestres e piso tátil, entre outros equipamentos do gênero.

Dessa forma, faltando três meses para entregar o Governo ao sucessor Farid Madi (2005-2008), o então prefeito Maurici Mariano (1997-2004) assinou o TAC em setembro de 2004, sem tomar providências a respeito. Seis meses depois, Farid avisou formalmente ao Ministério Público que o



A secretária de Assuntos Jurídicos, Fábiana Daléssio, disse que laudo técnico do MP condenou as obras

processo de licitação já havia sido instalado e em seguida iniciou as obras.

INADEQUADO

De acordo com a secretária de Assuntos Jurídicos do Municí-

pio, Fábiana Margarido Alencar Daléssio, o resultado do trabalho da empreiteira Roan S/C



Ltda, não contentou a Promotora. “Infelizmente a qualidade do serviço não atendia às especificações do Ministério Público, que comunicou o prefeito Farid sobre a necessidade de regularização. Porém, houve um silêncio da gestão anterior”, disse a secretária.

Assim, segundo ela, o promotor Eloy Ojea Gomes pediu ao Centro de Apoio Operacional à Execução (Caex, órgão técnico do MP) um laudo de constatação que identificou várias irregularidades, entre elas, a falta de piso tátil próximo a orelhões e extintores, caixas eletrônicas inacessíveis a cadeirantes, calçadas esburacadas e em desnível e rampas fora das especificações (algumas são demasiadamente estreitas).

Conforme Fábria, em virtude disso o Ministério Público executou a multa prevista no TAC, de R\$ 10 mil por dia, a partir de fevereiro de 2008 (último prazo concedido pela Promotoria) até janeiro de 2009. O acordo fechado pela gestão atual reverteu a multa em obras.

Prédio público será beneficiado

Os R\$ 3 milhões e 400 mil da multa seriam resgatados por penhora online, semelhante a sequestro judicial, sem direito à defesa. Foi então que a prefeita Maria Antonieta decidiu negociar direto com o promotor de Vicente de Carvalho.

Ficou acertado, agora, que a Prefeitura terá de refazer a obra, por meio de outra empresa, e aplicar o valor referente à multa (R\$ 3,4 milhões) em obras de acessibilidade.

“Conseguimos garantir que esse dinheiro, que iria para um fundo de indenizações e não voltaria mais para a Cidade, fosse revertido para melhorias no próprio Município”, disse a secretária de Assuntos Jurídicos, Fábria Margarido.

Ela detalhou que, por se tratar de acordo com a Promotoria de Vicente de Carvalho, o investimento será no Distrito, em postos de saúde, escolas municipais, hospitais e prédios públicos em geral, além de toda a extensão da Avenida Santos Dumont, principal via de Vicente de Carvalho.

A exceção será o antigo Anexo Pitangueiras (antigo Paço Municipal, na Rua Mário Ribeiro), no Centro de Guarujá, que vai abrigar o futuro Fórum integrado, unindo as Varas da sede e distritais, que também será totalmente adaptado.

A secretária acrescentou que o Município vai cobrar da Roan S/C Ltda o ressarcimento dos R\$ 270.291,00 gastos na

obra reprovada pelo Caex. “Não há registros de qualquer reclamação que tenha sido feita pelo Município. Porém, vamos fazê-lo agora porque não é justo pagar por um trabalho malfeito”, afirmou ela. “Se preciso, vamos à Justiça”.

PRAZOS

O início das obras de adaptação que serão refeitas na Avenida Thiago Ferreira está previsto entre 60 e 80 dias. “O processo já está com a Secretaria de Obras. Em seguida, será aberta a licitação. A intenção é entregar antes dos 12 meses previstos”, complementou Fábria.

As demais obras serão projetadas em até seis meses.